

Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão
Relator: Des. Subst. Francisco Oliveira Neto

TRIBUTÁRIO. IPTU. IMUNIDADE RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, VI, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Reexame Necessário n. 2012.086379-1, da comarca de Tubarão (Vara da F. Púb. E. Fisc. A. do Trab. e Reg. Púb.), em que é autora Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN, e réu Município de Tubarão:

A Segunda Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, negar provimento à remessa. Custas de lei.

O julgamento, realizado no dia 26 de fevereiro de 2013, foi presidido

pelo Excelentíssimo Desembargador João Henrique Blasi, e dele participaram o Excelentíssimo Desembargador Nelson Schaefer Martins e o Excelentíssimo Desembargador Cid Goulart.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2013.

Francisco Oliveira Neto
RELATOR

RELATÓRIO

Compahia Catarinense de Águas e Saneamento Â– Casan ajuizou ação anulatória cumulada com repetição de indébito de IPTU com pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra o Município de Tubarão.

Para tanto, sustentou que é sociedade de economia mista, que desempenha serviço público essencial sem fins econômicos e, por isso, faz jus ao benefício da imunidade também no que tange ao IPTU. Salientou que, desde de agosto de 2005, o Município réu assumiu a prestação de serviços de água e esgoto, estando desde a aludida data na posse de todos os imóveis que ainda constam como de propriedade da autora. Postulou a concessão da tutela antecipada para que seja suspensa a exigibilidade dos créditos de IPTU já lançados e, no mérito, a declaração de inconstitucionalidade da cobrança de impostos municipais diante da violação do instituto da imunidade tributária, bem como a restituição dos valores pagos indevidamente nos últimos 5 anos (fls. 2/26).

Às fls. 54/57, foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela para que o réu, "durante a tramitação da presente ação, se abstenha de lançar novos impostos em nome da autora, suspendendo a exigibilidade dos créditos já lançados".

O réu deixou de contestar (fl. 68).

O Ministério Público entendeu ser desnecessária sua intervenção no feito (fls. 73/74).

Sobreveio sentença de mérito, em que o magistrado julgou procedentes os pedidos, no sentido de declarar a não incidência de IPTU sobre os imóveis da autora, por conta do reconhecimento da imunidade recíproca, determinando, conseqüentemente, a devolução dos valores pagos. E ainda, considerando a sucumbência mínima, condenou o réu ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação (fls. 75/81).

Em sede de remessa os autos ascenderam a esta Corte.

VOTO

A remessa, antecipe-se, deve ser desprovida.

Determina o art. 150 da Constituição Federal que: *"sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros"*.

Por sua vez, o parágrafo 2º do aludido artigo prevê que *"a vedação do inciso VI, 'a', é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes"*.

No caso em apreço, é notório que a autora, embora seja sociedade de economia mista, presta serviço público de natureza essencial (fornecimento de água e esgoto), substituindo a atuação do Estado no ramo, razão pela qual não pode sobre o

Gabinete Des. Subst. Francisco Oliveira Neto

seu patrimônio incidir tributação.

Ademais, o fato de o Município réu, desde agosto de 2005, estar na posse dos imóveis sobre os quais incidem o tributo, corrobora com a inviabilidade da cobrança.

Aliás, sobre a imunidade, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento, ao julgar a Questão de Ordem em Ação Cautelar n. 1.851-0/RO, de relatoria da Ministra Ellen Gracie, julgada em 17.6.08, de que as sociedades de economia mista, como também as empresas públicas, executoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, estão abrangidas pelo princípio da imunidade recíproca. O acórdão restou assim ementado:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA TUTELA. AÇÃO CAUTELAR SUBMETIDA A REFERIDO TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE RECÍPROCA. ART. 150, VI, a, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. Plausibilidade jurídica do pedido (*fumus boni juris*) diante do entendimento firmado por este Tribunal quando do julgamento do RE 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 06.8.2004, no sentido de que as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

2. Exigibilidade imediata do tributo questionado no feito originário, a caracterizar o risco de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*).

3. Decisão cautelar referendada".

No mesmo vértice, colhe-se da jurisprudência deste Tribunal:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO AFORADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTRA MUNICÍPIO VERSANDO SOBRE DÉBITOS DE IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO (ART. 150, VI, 'A' DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). EXTENSIVIDADE ÀS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. DECISÃO REFORMADA. AGRAVO PROVIDO.

A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11).

"IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. RECURSO PROVIDO PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS. PRECEDENTES.

"Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o

Gabinete Des. Subst. Francisco Oliveira Neto

Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária.

Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer)'. (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009)" (AI n. 2010.012495-4, rel. Des. Subst. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 7.12.10).

"TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADA DE SERVIÇO PÚBLICO - IMUNIDADE - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE JULGADA IMPROCEDENTE - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO PROVIDO

'1. A exceção de pré-executividade tem sido admitida nas execuções fiscais tanto para as matérias passíveis de serem apreciadas ex officio pelo magistrado como para aquelas cuja produção de provas é dispensada com eficácia para fulminar a ação executiva de plano, caso dos autos.

2. 'Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária.

Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer)" (AI n. 2008.081411-1, rel. Des. Newton Trisotto, j. 25.8.09).

2. Não merece reforma a sentença também no que tange à distribuição dos honorários, uma vez que fixados com base no art. 20, § 3º, do CPC.

3. Posto isso, o voto é no sentido de negar provimento à remessa.